

# **Rumo Malha Central S/A - RMC**

**Demonstrações Financeiras encaminhadas à ANTT, referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019.**



# Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Diretores da  
Rumo Malha Central S.A.  
São Paulo - SP

## Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Rumo Malha Central S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Rumo Malha Central S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

## Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da

capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

## Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

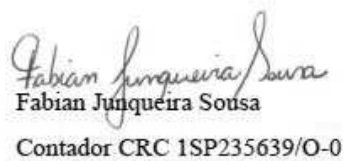
Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 15 de maio de 2020

KPMG Auditores Independentes  
CRC SP014428/O-6



José Carlos da Costa Lima Junior  
Contador CRC 1SP2473339/O-9



Fabian Junqueira Sousa  
Contador CRC 1SP235639/O-0

## Rumo Malha Central S.A.

### Balancos patrimoniais (Em milhares de Reais - R\$)

	<b>31/12/2019</b>
<b>Ativos</b>	
Caixa e equivalentes de caixa	1.945
Títulos e valores mobiliários	149.251
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	584
Outras contas a receber	4.415
<b>Ativo circulante</b>	<b>156.195</b>
Imposto de renda e contribuição social diferidos	62.467
Imobilizados	12.095
Intangíveis	11.831
Direito de uso	2.864.434
<b>Ativo não circulante</b>	<b>2.950.827</b>

# Rumo Malha Central S.A.

## Balancos patrimoniais (Em milhares de Reais - R\$)

	<b>31/12/2019</b>
<b>Passivos</b>	
Passivos de arrendamento	282.944
Fornecedores	37.160
Outros tributos a pagar	99
<b>Passivo circulante</b>	<b>320.203</b>
Passivo de arrendamento	2.445.986
Outras contas a pagar	12.093
<b>Passivo não circulante</b>	<b>2.458.079</b>
<b>Total do passivo</b>	<b>2.778.282</b>
<b>Patrimônio líquido</b>	
Capital social	450.000
Prejuízos acumulados	-121.260
	<b>328.740</b>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	<b>3.107.022</b>

## Rumo Malha Central S.A.

### Demonstrações dos resultados para o exercício findo em (Em milhares de Reais – R\$, exceto resultado por ação)

	<b>31/12/2019</b>
Despesas gerais e administrativas	-27.337
Outras despesas operacionais, líquidas	-40.544
<b>Despesas operacionais</b>	<b>-67.881</b>
<b>Resultado antes do resultado financeiro líquido e do imposto de renda e contribuição social</b>	<b>-67.881</b>
Despesas financeiras	-118.446
Receitas financeiras	2.600
<b>Resultado financeiro líquido</b>	<b>-115.846</b>
<b>Resultado antes do imposto de renda e contribuição social</b>	<b>-183.727</b>
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>	
Diferido	62.467
	<b>62.467</b>
<b>Resultado do exercício</b>	<b>-121.260</b>
<b>Resultado básico e diluído</b>	
Por ação ordinária:	-0,48504

Rumo Malha Central S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

(Em milhares de Reais - R\$)

	Capital social	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
<b>Resultado do exercício</b>	-	-121.260	-121.260
Total de outros resultados abrangentes, líquidos de impostos	-	-121.260	-121.260
<b>Contribuição e distribuições para os acionistas</b>			
Aumento de capital	450.000	-	450.000
<b>Total das transações com e para acionistas</b>	450.000	-	450.000
Saldo em 31 de dezembro de 2019	450.000	-121.260	328.740

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.



## Rumo Malha Central S.A.

### Demonstrações dos fluxos de caixa para o exercício fir (Em milhares de Reais - R\$)

	<b>31/12/2019</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>	
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	-183.727
Ajustes para:	
Depreciação e amortização	40.544
Juros, variações monetárias e cambiais, líquidos	117.437
	<b>-25.746</b>
Varição em:	
Outros tributos, líquidos	-597
Fornecedores	37.160
Outros ativos e passivos, líquidos	-4.353
	<b>32.210</b>
<b>Caixa líquido gerado nas atividades de operacionais</b>	<b>6.464</b>
<b>Fluxo de caixa de atividades de investimento</b>	
Títulos e valores mobiliários	-148.250
Adições ao imobilizado e intangível	-12.095
<b>Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento</b>	<b>-160.345</b>
<b>Fluxo de caixa de atividades de financiamento</b>	
Integralização de capital	450.000
Amortização de principal de passivo de arrendamento	-199.537
Pagamento de juros de passivo de arrendamento	-94.637
<b>Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento</b>	<b>155.826</b>
Acréscimo aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa	<b>1.945</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	-
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	1.945

**Notas explicativas às demonstrações financeiras**  
**(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)**

## **1 Informações da Companhia**

### **1.1 Contexto operacional**

A Rumo Malha Central S.A. (“Companhia” ou “Rumo Malha Central”) é uma sociedade por ações brasileira, estabelecida e domiciliada no Brasil, com sede em São Paulo – SP, que opera no segmento de transporte ferroviário nos Estados de Tocantins, Goiás e São Paulo.

A Companhia é uma controlada direta e integral da Rumo S.A. (“Controladora” ou “Rumo”). A controladora final da Companhia é a Cosan Limited, listada na Bolsa de Nova York, ou “NYSE” (ticker — CZZ).

### **1.2 Concessão de operações ferroviárias**

Em 28 de março de 2019 a Agência Nacional de Transporte Terrestre (“ANTT”) conduziu a Concorrência Internacional (Licitação) da ferrovia norte-sul, vencida pela Rumo.

A Companhia foi constituída com o propósito específico de ser a operadora do contrato decorrente da Licitação: a subconcessão do serviço público de transporte ferroviário de cargas associado à exploração da infraestrutura da malha ferroviária situada entre Porto Nacional/TO e Estrela d’Oeste/SP, nos trechos entre (i) Porto Nacional/TO e Anápolis/GO; e (ii) Ouro Verde de Goiás/GO e Estrela d’Oeste/SP.

O contrato de subconcessão garante o direito de exploração da malha ferroviária pelo prazo de 30 anos, contados da data de assinatura que ocorreu no dia 31 de julho de 2019, portanto, com término em maio de 2049, sem direito à prorrogação.

A Companhia está sujeita ao cumprimento de certas condições previstas no contrato de subconcessão. Na fase pré-operacional em que a Companhia se encontra, se destacam os investimentos com prazo determinado (um até três anos a contar da assinatura do contrato), estimados pela ANTT em R\$620.050. Grande parte destes investimentos são os necessários para a conclusão da infraestrutura ferroviária prevista no projeto, que conectará a ferrovia da Companhia ao trecho da Malha Paulista, permitindo o fluxo de produtos para o porto de Santos, bem como produtos industrializados provenientes do Sudeste. Esta interligação é determinante para o início das operações da Companhia.

**Notas explicativas às demonstrações financeiras**  
**(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)**

### **1.3 Considerações sobre a continuidade operacional**

Em 31 de dezembro de 2019 a Companhia se encontra em fase pré-operacional, fase que deve se estender até o primeiro semestre de 2021. Nesse período serão executadas as obras necessárias para a conclusão da infraestrutura ferroviária. A Companhia apresentou um capital circulante líquido negativo de R\$ 164.008 e prejuízo do exercício de R\$ 121.260.

A gestão de caixa da Companhia é feita de forma centralizada e numa visão consolidada pela Rumo, sendo que eventuais necessidades de caixa são supridas pelo controlador ou demais empresas do grupo quando necessário, que têm a capacidade de suprir a Companhia com a liquidez necessária, seja através de mútuos ou aumento de capital, para a liquidação das suas obrigações de curto prazo. Dessa forma não há risco de continuidade operacional no curto prazo.

## **2 Bases de preparação e políticas contábeis gerais**

Essa seção fornece informações sobre bases gerais de preparação, que a Administração julga úteis e relevantes para o entendimento desta demonstração financeira:

### **2.1 Declaração de conformidade**

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a Lei das Sociedades por Ações e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

As informações relevantes das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem àquelas utilizadas pela Administração em sua gestão.

Estas demonstrações financeiras são preparadas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma e não apresentam saldo comparativo pelo fato de a Companhia ter sido constituída em 2019.

Estas demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão pela Diretoria em 15 de maio de 2020.

**Notas explicativas às demonstrações financeiras**  
*(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)*

## **2.2 Políticas contábeis gerais**

As políticas contábeis específicas estão incluídas nas notas explicativas, enquanto práticas gerais estão descritas abaixo:

### **a) Uso de julgamentos e estimativas**

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas subjacentes são revisadas de maneira contínua e reconhecidas de forma prospectiva, quando aplicável.

As informações sobre julgamentos críticos, premissas e estimativas de incertezas na aplicação de políticas contábeis que tenham efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas notas explicativas individuais.

#### **Julgamentos:**

Os julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis não têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.

#### **Incertezas sobre premissas e estimativas:**

As incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2019 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo exercício envolvem os seguintes temas:

- **Notas 5.5.2 – Direitos de uso:** Análise de indicadores ou teste de redução ao valor recuperável de ativos: principais premissas em relação aos valores recuperáveis;

**Notas explicativas às demonstrações financeiras**  
**(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)**

- **Nota 5.7 – Imposto de renda e contribuição social:** Reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados.

**b) Moeda funcional e de apresentação**

As demonstrações financeiras são apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia, uma vez que é a moeda do ambiente econômico primário em que opera, gera e consome dinheiro.

Os ativos e passivos decorrentes de operações no exterior, são convertidos para reais utilizando-se as taxas de câmbio da data do balanço. As receitas e despesas das operações no exterior são convertidas para reais utilizando-se as taxas de câmbio nas datas das transações.

**2.3 Mensuração do valor justo**

A Companhia possui uma estrutura de controle estabelecida com relação à mensuração dos valores justos. Isso inclui uma equipe de avaliação que tem a responsabilidade geral de supervisionar todas as mensurações significativas do valor justo, e reporta diretamente ao Conselho.

A Administração regularmente revisa premissas não observáveis significativas e ajustes de avaliação. Se as informações de terceiros, como cotações de corretoras ou serviços de precificação, forem usadas para mensurar os valores justos, a tesouraria avalia as evidências obtidas de terceiros para apoiar a conclusão de que essas avaliações atendem aos requisitos da política da Companhia, incluindo o nível de hierarquia.

Questões significativas de avaliação são reportadas a Diretoria. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou passivo, a Companhia usa dados de mercado observáveis, tanto quanto possível. Os valores justos são categorizados em diferentes níveis em uma hierarquia de valor justo com base nas entradas usadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

**Notas explicativas às demonstrações financeiras**  
**(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)**

- **Nível 1:** As entradas representam preços cotados não ajustados para instrumentos idênticos trocados em mercados ativos.
- **Nível 2:** As entradas incluem dados observáveis direta ou indiretamente (exceto os de Nível 1), como preços cotados para instrumentos financeiros similares negociados em mercados ativos, preços cotados para instrumentos financeiros idênticos ou similares trocados em mercados inativos e outros dados observáveis de mercado. O valor justo da maioria dos investimentos da Companhia em valores mobiliários, contratos de derivativos e títulos.
- **Nível 3:** Inputs para o ativo ou passivo que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). A Administração é obrigada a usar suas próprias premissas sobre insumos não observáveis, pois há pouca atividade de mercado nesses instrumentos ou dados observáveis relacionados que possam ser corroborados na data de mensuração.

Todas as estimativas resultantes de valor justo da Companhia estão incluídas no nível 2.

Se os dados usados para mensurar o valor justo de um ativo ou passivo caem em diferentes níveis da hierarquia do valor justo, então a mensuração do valor justo é categorizada em sua totalidade no nível da hierarquia de valor justo com mais subjetividade.

Os valores contábeis e o valor justos dos ativos e passivos financeiros que estão mensurados a valor justo são os seguintes:

	<b>Valor contábil</b>	<b>Ativos e passivos mensurados ao valor justo</b>
	<b>31/12/2019</b>	<b>31/12/2019</b>
		<b>Nível 2</b>
<b>Ativos</b>		
Títulos e valores mobiliários	149.251	149.251

**Notas explicativas às demonstrações financeiras**  
**(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)**

## **2.4 Novas normas e interpretações ainda não efetivas**

Certas normas novas e alterações às normas serão efetivas para períodos anuais iniciados após 1º de janeiro de 2020 e a aplicação antecipada é permitida; no entanto, a Companhia não adotou antecipadamente as seguintes novas normas ou alterações às normas na preparação destas demonstrações financeiras:

- Alterações nas referências à estrutura conceitual nas normas IFRS;
- Definição de um negócio (alterações ao CPC 15/IFRS 3);
- Definição de materialidade (emendas ao CPC 26/IAS 1 e CPC 23/IAS 8);
- IFRS 17 Contratos de Seguros.

As normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras.

## **3 Negócios, operações e administração da Companhia**

### **3.1 Objetivos e políticas da gestão de riscos de instrumentos financeiros**

Esta nota explica a exposição da Companhia a riscos financeiros e como esses riscos podem afetar o seu desempenho financeiro futuro. As informações de lucros e perdas do exercício atual foram incluídas, quando relevante ao contexto.

<b>Risco</b>	<b>Exposição decorrente de:</b>	<b>Mensuração</b>	<b>Gestão</b>
Risco de mercado – juros	Caixa e equivalentes de caixa, títulos de valores mobiliários e passivos de arrendamentos	(iii) Análise de sensibilidade	
Risco de crédito	Caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários	(i) Análise por vencimento (ii) Ratings de crédito	Disponibilidades e linhas de crédito
Risco de liquidez	Passivos de arrendamento e contas a pagar a fornecedores	Fluxo de caixa futuro	Disponibilidades e linhas de crédito.

**Notas explicativas às demonstrações financeiras**  
**(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)**

O gerenciamento de risco da Companhia é predominantemente controlado por um departamento central de Tesouraria sob políticas aprovadas pelo Conselho de Administração que fornece princípios para o gerenciamento de risco global, bem como políticas que cobrem áreas específicas, como risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros derivativos e instrumentos financeiros não derivativos e investimento de excesso de liquidez. É política da Companhia não participar de quaisquer negociações de derivativos para fins especulativos.

A política da Companhia é manter uma base de capital robusta para promover a confiança dos investidores e credores, e para garantir o desenvolvimento futuro do negócio.

**a) Risco de mercado**

O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é manter as exposições ao risco de mercado dentro de parâmetros aceitáveis, otimizando o retorno.

Todas as transações são realizadas dentro das diretrizes estabelecidas pela política de gerenciamento de risco.

**i. Risco da taxa de juros**

A Companhia possui instrumentos financeiros sobre os quais incidem taxas de juros em parte variáveis, o que expõe o resultado financeiro aos riscos de flutuação das taxas de juros.



**Notas explicativas às demonstrações financeiras**  
**(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)**

A análise de sensibilidade a seguir demonstra o impacto anual projetado nas despesas com juros dos passivos de arrendamento e na remuneração das aplicações financeiras (antes dos impostos), mantidas as demais variáveis, no cenário provável e com aumentos e diminuições de 25% e 50% nas taxas de juros:

Exposição taxa de juros	31/12/2019				
	Provável	25%	50%	-25%	-50%
Aplicações financeiras	86	107	128	64	43
Títulos e valores mobiliários	6.567	8.209	9.851	4.925	3.284
Passivos de arrendamento	(284.875)	(284.875)	(284.875)	(284.875)	(284.875)
<b>Impactos no resultado do exercício</b>	<b>(278.222)</b>	<b>(276.559)</b>	<b>(274.896)</b>	<b>(279.886)</b>	<b>(281.548)</b>

O cenário provável considera a taxa de juros projetada por consultoria especializada para doze meses da data do balanço, como segue:

	Provável	25%	50%	-25%	-50%
CDI	4,40%	5,50%	6,60%	3,30%	2,20%

**b) Risco de crédito**

As operações regulares da Companhia a expõem a potenciais incumprimentos quando clientes, fornecedores e contrapartes não conseguem cumprir os seus compromissos financeiros ou outros. A Companhia procura mitigar esse risco realizando transações com um conjunto diversificado de contrapartes. No entanto, a Companhia continua sujeita a falhas financeiras inesperadas de terceiros que poderiam interromper suas operações. A exposição ao risco de crédito foi a seguinte:

	31/12/2019
Caixa e equivalentes de caixa <sup>(i)</sup>	45.388
Títulos e valores mobiliários <sup>(i)</sup>	105.809
	<b>151.197</b>

- (i) O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela Tesouraria da Companhia de acordo com a política estabelecida. Os recursos excedentes são investidos apenas em contrapartes aprovadas e dentro do limite estabelecido a cada uma. O limite de crédito das contrapartes é revisado anualmente e pode ser atualizado ao longo do ano. Esses limites são estabelecidos a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte. A exposição máxima da Companhia ao risco de

**Notas explicativas às demonstrações financeiras**  
**(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)**

crédito em relação aos componentes do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 é o valor registrado.

A Companhia está exposta a riscos relacionados às suas atividades de administração de caixa e investimentos temporários.

Os ativos líquidos são investidos principalmente em títulos públicos de segurança e outros investimentos em bancos com grau mínimo de “A”. O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é gerenciado pelo departamento de tesouraria, de acordo com a política da Companhia.

Os investimentos de fundos excedentes são feitos apenas com contrapartes aprovadas e dentro dos limites de crédito atribuídos a cada contraparte. Os limites de crédito de contraparte são revisados anualmente e podem ser atualizados ao longo do ano. Os limites são definidos para minimizar a concentração de riscos e, portanto, mitigar a perda financeira por meio de falha da contraparte em efetuar pagamentos. O risco de crédito de caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, é determinado por agências de classificação amplamente aceitas pelo mercado e estão dispostos da seguinte forma:

	<b>31/12/2019</b>
AA	45.388
AAA	105.809
	<b>151.197</b>

**c) Risco de liquidez**

Risco de liquidez é o risco de que a Companhia encontre dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre haja um nível de liquidez suficiente para cumprir com as obrigações vincendas, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

Os passivos financeiros da Companhia classificados por data de vencimento (com base nos fluxos de caixa não descontados contratados) são os seguintes:

<b>31/12/2019</b>				
<b>Até 1 ano</b>	<b>De 1 a 2</b>	<b>De 3 a 5</b>	<b>Acima de 5</b>	<b>Total</b>

**Notas explicativas às demonstrações financeiras**  
**(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)**

		<u>anos</u>	<u>anos</u>	<u>anos</u>	
Passivos de arrendamento	299.352	300.833	977.708	7.268.132	8.846.025
Fornecedores	37.160	-	-	-	37.160
	<b>336.512</b>	<b>300.833</b>	<b>977.708</b>	<b>7.268.132</b>	<b>8.883.185</b>

#### **4 Transações e eventos significativos**

##### **4.1 Obtenção da concessão da “ferrovia norte-sul”**

Em 28 de março de 2019 a Rumo S.A. venceu a Concorrência Internacional (Licitação) da ferrovia norte-sul, por meio de uma proposta econômica no valor de R\$ 2.719.530 (R\$ 2.904.778 corrigido com os parâmetros contratuais), conduzida pela Agência Nacional de Transporte Terrestre (“ANTT”), que teve por escopo a subconcessão do serviço público de transporte ferroviário de cargas associado à exploração da infraestrutura da malha ferroviária situada entre Porto Nacional/TO e Estrela d’Oeste/SP, nos trechos entre (i) Porto Nacional/TO e Anápolis/GO; e (ii) Ouro Verde de Goiás/GO e Estrela d’Oeste/SP.

A análise do contrato de subconcessão levou a Companhia a enquadrar a transação nas normas do IFRS16, uma vez que concede o direito de exploração da malha ferroviária pelo prazo de 30 anos mediante pagamento de outorga, com o consequente registro de um “Direito de uso” (Nota 5.5.2) e de um “Passivo de arrendamento” (Nota 5.6).

Os investimentos futuros na infraestrutura ferroviária, previstos em contrato, serão registrados como benfeitorias em bens de terceiros no momento em que forem realizados.

##### **4.2 Eventos subsequentes**

###### **4.2.1 Captações para reforçar a liquidez**

Com objetivo de reforçar a posição de caixa e contribuir com os pagamentos de outorga e o plano de investimentos de médio prazo foram captados R\$ 200.000 em 09 de abril de 2020, com emissão de Loan 4131 com vencimento de um ano.

**Notas explicativas às demonstrações financeiras**  
**(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)**

**4.3 Partes relacionadas**

**Política contábil:**

As operações comerciais, financeiras e societárias envolvendo partes relacionadas são registradas pelos termos e condições estabelecidos em contrato. Os saldos em aberto no final do exercício não são garantidos, nem estão sujeitos a juros e são liquidados em dinheiro. Não houve garantias dadas ou recebidas sobre quaisquer contas a receber ou a pagar envolvendo partes relacionadas. Ao final de cada período é realizada análise de recuperação dos valores e receber e neste exercício nenhuma provisão foi reconhecida.

**a) Resumo dos saldos com partes relacionadas**

	<u>31/12/2019</u>
<b>Passivo</b>	
<b>Fornecedores</b>	
Rumo Malha Sul S.A.	631
Rumo Malha Paulista S.A.	2.318
Rumo S.A.	3.510
Rumo Malha Norte S.A.	20.998
Elevações Portuárias S.A.	301
<b>Total do passivo</b>	<u><u>27.758</u></u>

**b) Transações com partes relacionadas**

	<u>31/12/2019</u>
<b>Despesas compartilhadas <sup>(i)</sup></b>	
Rumo Malha Sul S.A.	(631)
Rumo Malha Norte S.A.	(23.302)
Rumo Malha Paulista S.A.	(1.323)
Rumo S.A.	(1.791)
Elevações Portuárias S.A.	(121)
	<u><u>(27.168)</u></u>

(i) Se referem a rateios de gastos compartilhados entre as empresas do Grupo e do centro de serviços compartilhados Raízen. São alocados a partir de direcionadores de rateio: número de colaboradores, número de ações judiciais, volume em TKUs e receitas.

**c) Remuneração dos administradores e diretores**

Na fase pré-operacional a Companhia está sendo administrada por profissionais da Controladora.

**Notas explicativas às demonstrações financeiras**  
*(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)*

## 5 Informações detalhadas sobre ativos e passivos

### 5.1 Ativos e passivos financeiros

#### Política contábil

A mensuração inicial dos ativos e passivos financeiros se dá pelo valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão do ativo financeiro ou passivo financeiro.

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa destes ativos tenham vencido ou quando a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade.

A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas e quando seus termos são modificados, e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro com base nos termos modificados é reconhecido pelo valor justo.

Os ativos e passivos financeiros são os seguintes:

	<u>31/12/2019</u>
<b>Ativos</b>	
<b>Valor justo por meio do resultado</b>	
Títulos e valores mobiliários	149.251
	<u>149.251</u>
<b>Custo amortizado</b>	
Caixa e equivalentes de caixa	1.945
	<u>1.945</u>
<b>Total</b>	<u><u>151.196</u></u>
<b>Passivos</b>	
<b>Custo amortizado</b>	
Passivos de arrendamento	2.728.930
Fornecedores	37.160
<b>Total</b>	<u><u>2.766.090</u></u>

### 5.2 Caixa e equivalentes de caixa

#### Política contábil:

São mensurados e classificados ao valor justo por meio do resultado e custo amortizado, sendo de alta liquidez, com vencimento de até três meses, que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança no valor.

**Notas explicativas às demonstrações financeiras**  
**(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)**

	<b>31/12/2019</b>
Bancos conta movimento	557
Aplicações financeiras	1.388
	<b>1.945</b>

	<b>31/12/2019</b>
<b>Aplicações em bancos</b>	
Certificado de depósitos bancários - CDB	1.388
	<b>1.388</b>

### 5.3 Títulos e valores mobiliários e caixa restrito

#### **Política contábil:**

São mensurados e classificados ao valor justo por meio do resultado, com vencimento médio dos títulos públicos entre dois e cinco anos, entretanto podem ser prontamente resgatados e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança no valor.

	<b>31/12/2019</b>
Títulos públicos <sup>(i)</sup>	104.252
Certificados de depósitos bancários <sup>(ii)</sup>	1.000
Letras financeiras <sup>(iii)</sup>	43.999
	<b>149.251</b>

- (i) Certificados de depósitos bancários possuem taxa de juros atrelada ao CDI e vencimento entre dois e cinco anos.
- (ii) Letras financeiras possuem taxa de juros atreladas ao CDI, e de liquidez diária, conforme política de liquidez da Companhia.
- (iii) Letras financeiras possuem taxa de juros atreladas ao CDI, e de liquidez diária, conforme política de liquidez da Companhia.

**Notas explicativas às demonstrações financeiras**  
**(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)**

**5.4 Fornecedores**

**Política contábil:**

As quantias escrituradas de fornecedores são as mesmas que os seus valores justos, devido à sua natureza de curto prazo e geralmente são pagas dentro de 45 dias do reconhecimento.

	<b>31/12/2019</b>
Fornecedores de materiais e serviços	37.160
Fornecedores	9.402
Fornecedores partes relacionadas (Nota 4.3)	27.758
	<b>37.160</b>

**5.5 imobilizados, intangível e direito de uso**

**Política contábil:**

**Redução ao valor recuperável (*impairment*)**

A Companhia realiza anualmente uma revisão dos indicadores de *impairment* para os ativos de direitos de uso com vida útil definida e imobilizado. A redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável, que é o maior entre seu valor justo menos custos de venda e seu valor em uso.

O valor recuperável é determinado com base nos cálculos do valor em uso, utilizando o fluxo de caixa descontado determinado pela Administração com base em orçamentos e projeções que levam em consideração as premissas relacionadas a cada unidade geradora de caixa, tais como: estimativas de desempenho futuro dos negócios, geração de caixa, crescimento de longo prazo e taxas de desconto.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 não identificamos indicadores de *impairment*, de forma que nenhum teste de *impairment* foi necessário para ativos imobilizados e direitos de uso de vida útil definida.

**Notas explicativas às demonstrações financeiras**  
**(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)**

A determinação da capacidade de recuperação dos ativos depende de certas premissas chaves, conforme descrito anteriormente que são influenciadas pelas condições de mercados, tecnológicas, econômicas vigentes no momento em que essa recuperação é testada e, dessa forma, não é possível determinar se novas perdas por redução da recuperação ocorrerão no futuro e, caso ocorram, se estas seriam materiais.

### **5.5.1 Imobilizados**

#### **Política contábil:**

#### **Reconhecimento e mensuração**

Itens do ativo imobilizado são mensurados pelo custo, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

Gastos subsequentes são capitalizados somente quando é provável que os benefícios econômicos futuros associados aos gastos fluam para a Companhia. Reparos e manutenção contínuos são contabilizados quando incorridos.

Depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso ou, em relação aos ativos construídos, a partir da data em que o ativo estiver concluído e pronto para uso.

A depreciação é calculada sobre o valor contábil do imobilizado menos os valores residuais estimados utilizando-se a base linear durante sua vida útil estimada, reconhecida no resultado, a menos que seja capitalizada como parte do custo de outro ativo. Os terrenos não são depreciados.

Os métodos de depreciação, como vidas úteis e valores residuais, são revistos no final de cada exercício, ou quando há mudança significativa em um padrão de consumo esperado, como incidente relevante e obsolescência técnica. Quaisquer ajustes são reconhecidos como mudanças nas estimativas contábeis, se apropriado.

#### **Reconciliação do valor contábil**

	<u>Terrenos</u>
Valor de custo:	
Adições	12.095
Saldo em 31 de dezembro de 2019	<u>12.095</u>

### **5.5.2 Direitos de uso**



**Notas explicativas às demonstrações financeiras**  
**(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)**

**Política contábil:**

O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

Como mencionado na Nota 4.1, a Companhia assinou o contrato de concessão, que garante o direito de exploração da malha ferroviária pelo prazo de 30 anos, contados da data de assinatura ocorrida em 31 de julho de 2019. Corrigido de acordo com os parâmetros contratuais, o valor do leilão foi registrado como direito de uso de infraestrutura ferroviária no montante de R\$ 2.904.778. O passivo de arrendamento no montante de R\$ 2.759.539 representa o valor presente das parcelas futuras, utilizando a taxa implícita do contrato. O leilão previa o pagamento à vista de 5% no valor de R\$ 145.239. Os custos incorridos para obter o contrato, no valor de R\$ 12.031, foram acrescidos ao custo do direito de outorga:

**Notas explicativas às demonstrações financeiras**  
**(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)**

	<b>Infraestrutura ferroviária</b>
<b>Valor de custo:</b>	
Registro inicial do contrato de concessão	2.904.778
Adições – Custos de obtenção do contrato	12.031
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>2.916.809</b>
<b>Amortização:</b>	
Adições	(40.544)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>(40.544)</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>2.876.265</b>

## 5.6 Passivos de arrendamento

### Política contábil:

No início ou na modificação de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental do Grupo. Geralmente, a Companhia usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte:

- pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência;
- pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente mesurados utilizando o índice ou taxa na data de início;
- valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; e
- o preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento.

**Notas explicativas às demonstrações financeiras**  
**(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)**

A valorização subsequente do passivo de arrendamento se dá pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Companhia alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

	<b>Operacional</b>
Registro inicial da subconcessão	2.904.778
Apropriação de juros	118.326
Pagamento de principal	(199.537)
Pagamento de juros	(94.637)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2019</b>	<b><u>2.728.930</u></b>
<b>Circulante</b>	<b>282.944</b>
<b>Não circulante</b>	<b><u>2.445.986</u></b>
	<b><u>2.728.930</u></b>

A Companhia utilizou a taxa implícita do contrato, de 11,04% a.a., na mensuração dos passivos de arrendamento.

## **5.7 Imposto de renda e contribuição social**

### **Política contábil:**

A taxa combinada de imposto de renda e contribuição social é de 34%, sendo reconhecidos no resultado, exceto se for decorrente de uma combinação de negócios, ou de itens diretamente reconhecidas no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

#### **i. Imposto diferido**

É reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos e os respectivos montantes para efeitos de tributação. O imposto diferido não é reconhecido para:

**Notas explicativas às demonstrações financeiras**  
**(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)**

- a) diferenças temporárias no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e que não afete nem o resultado contábil nem o lucro ou prejuízo fiscal;
- b) diferenças temporárias relacionadas com investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto, na medida em que a Companhia é capaz de controlar o momento da reversão das diferenças temporárias e é provável que elas não revertam num futuro previsível; e
- c) diferenças temporárias tributáveis resultantes do reconhecimento inicial de ágio.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados.

A mensuração do imposto diferido reflete a maneira como a Companhia espera, ao final do período de relatório, recuperar ou liquidar o valor contábil de seus ativos e passivos.

O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias em sua reversão.

Impostos diferidos ativos e passivos são compensados se houver um direito legalmente aplicável de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e se eles se relacionarem a impostos cobrados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade tributável.

**ii. Exposição fiscal**

Na determinação do valor do imposto corrente e diferido, a Companhia leva em conta o impacto das posições fiscais incertas e se os impostos e juros adicionais podem ser devidos. Essa avaliação baseia-se em estimativas e premissas e pode envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem se tornar disponíveis, o que pode fazer com que a Companhia mude seu julgamento com relação à adequação de passivos fiscais existentes; tais alterações nas obrigações tributárias impactarão as despesas com tributos no período em que tal determinação for realizada.

**Notas explicativas às demonstrações financeiras**  
**(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)**

**iii. Recuperabilidade do imposto de renda e contribuição social diferidos**

Ao avaliar a recuperabilidade dos impostos diferidos, a Administração considera as projeções de lucros tributáveis futuros e os movimentos de diferenças temporárias. Quando não é provável que parte ou todos os impostos sejam realizados, o ativo fiscal é revertido. Não há prazo para o uso de prejuízos fiscais e bases negativas, mas o uso desses prejuízos acumulados de anos anteriores está limitado a 30% dos lucros tributáveis anuais.

**a) Reconciliação das despesas com imposto de renda e contribuição social**

	<u>31/12/2019</u>
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	(183.727)
Imposto de renda e contribuição social a taxa nominal (34%)	62.467
<b>Taxa efetiva - %</b>	<b><u>34%</u></b>

**b) Ativos e passivos de imposto de renda diferido**

Os efeitos fiscais das diferenças temporárias que dão origem a partes significativas dos ativos fiscais diferidos da Companhia são apresentados abaixo:

	<u>31/12/2019</u>
<b>Créditos ativos de:</b>	
<b>Diferenças temporárias:</b>	
Passivos de arrendamento	3.310
Despesas diferidas	59.157
<b>Tributos diferidos - Ativos</b>	<b><u>62.467</u></b>

**c) Realização do imposto de renda e contribuição social diferidos**

A Companhia avaliou o prazo para compensação de seus créditos de tributos diferidos ativos sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias através da projeção de seu lucro tributável para o prazo da concessão. A projeção foi baseada em premissas econômicas de inflação e juros, volume transportado baseado no crescimento da produção agrícola e da exportação projetados nas suas áreas de atuação e condições de mercado de seus serviços, validadas pela administração, que possui larga experiência no setor. Os resultados projetados pela Companhia geram a seguinte expectativa de realização em 31 de dezembro de 2019:

**Notas explicativas às demonstrações financeiras**  
**(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)**

	<u>Diferido ativo</u>
2022	11.832
2023	11.832
2024	11.832
2025	11.832
2026	15.139
<b>Total</b>	<b><u>62.467</u></b>

## 5.8 Patrimônio líquido

### a) Capital social

#### Política contábil:

O capital social é registrado pelo valor da integralização de ações deduzido dos custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de ações ordinárias. O imposto de renda relacionado a custos de transação de uma transação patrimonial é contabilizado de acordo com a política descrita na Nota 5.14 - Imposto de renda e contribuição social.

O capital social integralizado da Companhia em 31 de dezembro de 2019 é de R\$ 450.000 e está representado por 578.576 ações ordinárias nominativas, escriturais e sem valor nominal.

## 6 Informações detalhadas sobre demonstração de resultado

### 6.1 Despesas por natureza

As despesas são apresentadas na demonstração do resultado por função. A reconciliação do rendimento por natureza / finalidade é a seguinte:

	<u>31/12/2019</u>
Despesas com pessoal	(9.413)
Despesas com serviços de terceiros	(12.913)
Taxas regulatórias	(4.163)
Outras despesas	(848)
<b>Despesas gerais e administrativas</b>	<b><u>(27.337)</u></b>

**Notas explicativas às demonstrações financeiras**  
*(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)*

## 6.2 Outras despesas operacionais, líquidas

	<b>31/12/2019</b>
Depreciação de direito de uso <sup>(i)</sup>	(40.544)

- (i) A depreciação dos ativos de direito de uso está sendo apresentada em “Outras despesas operacionais” enquanto a empresa não está gerando receitas, por estar em fase pré-operacional.

## 6.3 Resultados financeiros

### **Política contábil:**

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre fundos investidos. A receita de juros é reconhecida na medida em que é reconhecida no resultado, usando o método da taxa efetiva de juros.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre passivos de arrendamentos.

Os detalhes das receitas e custo financeiros são os seguintes:

	<b>31/12/2019</b>
Rendimentos de aplicações financeiras	2.600
<b>Outros encargos e variações monetárias</b>	
Passivos de arrendamento	(118.325)
Juros sobre outras obrigações	(121)
	<b>(118.446)</b>
<b>Resultado financeiro, líquido</b>	<b>(115.846)</b>
<b>Reconciliação</b>	
Despesas financeiras	(118.446)
Receitas financeiras	2.600
<b>Resultado financeiro, líquido</b>	<b>(115.846)</b>

**Notas explicativas às demonstrações financeiras**  
**(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)**

## 6.4 Lucro por ação

### Política contábil:

#### a) Lucro básico por ação

O lucro básico por ação é calculado dividindo-se:

- i. o lucro atribuível aos proprietários da empresa, excluindo quaisquer custos de serviço de patrimônio que não sejam ações ordinárias; e
- ii. pela média ponderada do número de ações ordinárias em circulação durante o exercício, ajustada pelos elementos do bônus em ações ordinárias emitidas durante o ano e excluindo as ações em tesouraria caso possua.

#### b) Lucro diluído por ação

O lucro diluído por ação ajusta os valores usados na determinação do lucro básico por ação para levar em conta:

- i. o efeito depois do imposto sobre o rendimento dos juros e outros custos de financiamento associados a potenciais ações ordinárias diluidoras; e
- ii. o número médio ponderado de ações ordinárias adicionais que estariam em circulação, assumindo a conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluidoras.

O resultado básico por ação é calculado dividindo o resultado líquido pelo número médio ponderado de ações ordinárias em circulação durante o exercício. O resultado diluído por ação é calculado mediante o ajuste do resultado e do número de ações pelos impactos de instrumentos potencialmente dilutivos.

A tabela a seguir apresenta o cálculo do resultado por ação (em milhares, exceto valores por ação) no exercício findo em 31 de dezembro de 2019:

	<b>31/12/2019</b>
<b>Numerador</b>	
Resultado líquido do exercício	(121.260)
<b>Denominador (em milhares de ações)</b>	
Média ponderada de número de ações ordinárias	179.153
<b>Resultado básico e diluído:</b>	
Por ação ordinária	(0,67685)